

Galinha ou tartaruga?

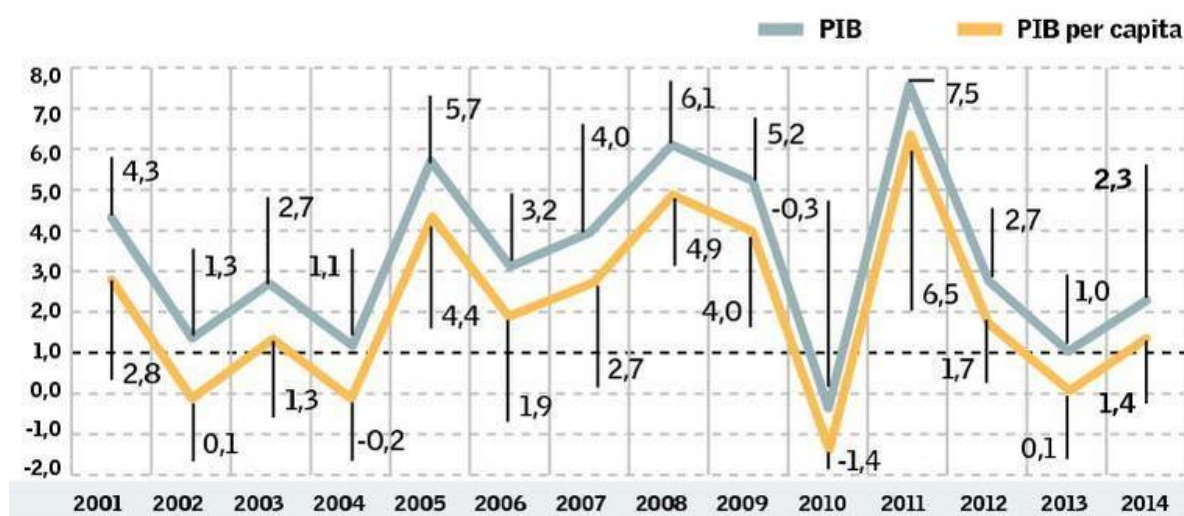
Por **Márcio Garcia**

Nas palestras que tenho dado em universidades nos EUA, causam sempre grande espanto os números decepcionantes do crescimento da economia brasileira nos últimos três anos (2,7% em 2011, 1% em 2012 e 2,3% em 2013). Aparentemente, os bons anos 2003-2010, nos quais o Brasil cresceu, em média, 4% ao ano, criaram a ideia de que o Brasil era não só o B dos Brics, mas também um país que poderia ter taxas de crescimento asiáticas.

Um pouco de conhecimento sobre o país teria sido suficiente para dissipar a ilusão que a propaganda oficial tentou criar a propósito da expansão desmedida de 7,5% em 2010, claramente associada à disputa eleitoral. No entanto, muitos investidores internacionais compraram gato por lebre. E só notaram quando já era tarde demais. Mas, para analistas competentes da economia brasileira, a raquítica taxa média de crescimento do primeiro triênio da presidente Dilma, 2%, é menos desapontadora do que pode parecer.

PIB e PIB per capita

Taxa (%) de crescimento anual



Fonte: IBGE

As razões para o baixo crescimento estão ligadas à política econômica adotada desde 2006, sob a batuta do ministro Guido Mantega, com respaldo da presidente Dilma, pautada pela expansão do consumo, público e privado, este último turbinado pela expansão do crédito.

Enquanto a expansão de demanda pôde contar com a expansão do emprego, o Brasil cresceu a 4%. Desde 2010, contudo, atingimos patamar que parece ser o de pleno emprego, o que significa que o fator trabalho só pode contribuir para o crescimento na medida da expansão da população economicamente ativa, que

tem sido menor do que a taxa de crescimento populacional, que caiu para 1% ao ano. Ilan Goldfajn estima que, no final da década, a expansão da força de trabalho contribuirá apenas com 0,6% para o crescimento do PIB (Para onde vai o desemprego?, "O Globo" e "O Estado de S. Paulo, 4/3/2014).

Do lado do capital, malgrado os vultosos recursos destinados aos empréstimos subsidiados do BNDES, as taxas de investimento não conseguem sequer chegar a 20% do PIB (18,4% em 2013 e 18,2% em 2012), abaixo da média dos países latino-americanos e aquém das necessárias para almejarmos uma taxa média de crescimento da ordem de 4%.

A raquítica taxa média de crescimento do triênio da presidente

Dilma, 2%, é menos desapontadora do que pode parecer

Sem poder contar com a diminuição da taxa de desemprego ou com o aumento da taxa de investimento, só poderíamos crescer a taxas mais altas se a produtividade total dos fatores, ou seja, o quanto se produz com a mesma quantidade de capital e trabalho, estivesse se expandindo. Entretanto, só a agricultura exhibe robusta expansão da produtividade. A Embrapa é um caso raro de política pública de longo prazo bem sucedida. Os demais setores, sobretudo a indústria, não conseguem ultrapassar os gargalos estruturais da economia brasileira: educação e infraestrutura deficientes; carga tributária extremamente elevada e causadora de distorções, para financiar os gastos públicos exagerados; leis trabalhistas que incentivam a informalidade; Justiça cara e lenta; e protecionismo elevado que impede a integração internacional e maior competitividade.

Nada disso é novidade. O problema é que, desde 2006, surfamos a onda chinesa e deixamos de fazer as reformas que são indispensáveis para o crescimento de longo prazo. Dizia-se que a "nova" política econômica iria acabar com o crescimento efêmero, representado pelo voo da galinha. A realidade mostrou que não se obteve muito mais do que o vagaroso caminhar da tartaruga. Não há o que reclamar nem culpar crises internacionais. A culpa é nossa e cabe a nós mudar essa situação. Enquanto isso, há que suportar a ironia de estrangeiros, que voltam a perguntar se o Brasil continuará a ser sempre o país do futuro.

Márcio G. P. Garcia - Ph.D. por Stanford, Professor da Cátedra Vinci de Economia, PUC-Rio, escreve neste espaço uma sexta-feira por mês. No primeiro trimestre de 2014, é Tinker Visiting Professor na Universidade de Stanford, EUA